

DEMOCRACIA, MÍDIA E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Fernando Luiz Monteiro de Souza

Professor do IMES das disciplinas de Teoria política e Realidade social, política e econômica do Brasil, Mestre em Ciência Política pela USP.

RESUMO

O intuito deste artigo é analisar a estrutura dos movimentos sociais, sua relação com as representações sociais instituídas pela mídia e seus efeitos para interpretação do processo democrático.

ABSTRACT

The focus of this article is to analyse the structure of movements and its relation with social representation established by undie and its effects for the interpretation of democratic process.

No atual cenário da democracia brasileira, a interação das instituições políticas com os movimentos sociais e da mídia tem constituído uma das faces do processo de consolidação democrática.

A crítica exercida por setores da mídia tem procurado preservar o espaço de manifestação pública, proporcionando ao mesmo tempo a interpretação do processo democrático e de seus diferentes atores sociais. Assim como afirma Arnt (1999, p. 170), a mídia surge para estabelecer vínculos e ligações tidas como necessárias entre práticas sociais diversas, circunscrevendo campos simbólicos, propagando ideologias, tornando pública a vida coletiva.

É, justamente, na propagação desse campo simbólico que a representação social dos movimentos sociais desenvolvida pela mídia tem sido caracterizada e revelada a partir do tom da denúncia e do caráter espontâneo do povo.

Na realidade, essas formas de representação social manifestam os sentimentos, condutas e palavras que se institucionalizam (Minayo, 1997, p. 108), e que surgem do próprio discurso ideológico que tenta mobilizar o "povo" como sujeito de transformação da realidade social, não traduzindo a consciência da natureza dessas organizações.

Para entender as formas de representação dos movimentos

sociais desenvolvidas pela mídia, buscou-se observar a trajetória dos movimentos sociais do período pós anos 1970: no contexto redemocratização e de consolidação da democracia brasileira.

O próprio crescimento dos movimentos sociais tem sua origem histórica no associativismo experimentado pela sociedade civil brasileira, no período compreendido entre final dos anos 1970 e o início dos 1980, o que correspondeu a uma espécie de resposta ao caráter de restrição política imposto pela ditadura militar.

Foram jogadas para a clandestinidade frações consideráveis dos grupos organizados de esquerda, que permaneceram

à margem do jogo entre a ARENA e MDB que era tutelado pelos militares. Naquela conjuntura, a participação política dos cidadãos ficou reduzida a um cenário bipartidário e semi-competitivo até que fosse iniciado o processo de redemocratização (Nogueira, 1985) e (Sader, 1995).

Como reação às restrições do sistema político institucional, também os grupos políticos excluídos desenvolveram diferentes práticas, que oscilaram entre a luta armada e ações nos espaços institucionais restantes.

Ainda nos anos 1970, a utilização de um forte aparato repressivo por parte do governo militar terminou por provocar o desmantelamento de uma série de organismos que operavam na clandestinidade e a exclusão dos “esquerdistas” presentes nas instituições públicas (Sader, 1995).

Uma vez iniciada a *reabertura política* em 1974, os setores de esquerda egressos da clandestinidade e do exílio passaram a estar articulados aos movimentos sociais emergentes, quais fossem: sindicais, de reivindicações urbanas, rurais, de extensão dos direitos políticos etc., que traziam em seu interior as sementes de novas lideranças políticas da década por vir (Sader, 1995).

A conjunção desses novos setores demonstrou que segmentos da esquerda passaram a reorganizar a sociedade civil com base em instituições não vinculadas ao sistema político, privilegiando uma aliança com setores eclesiais, o que permitiu uma nova imagem e organiza-

ção dos movimentos com caráter reivindicatório no país.

A articulação entre a militância de esquerda e a Igreja Católica ocorreu por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), e impulsionou uma série de movimentos reivindicativos entre os setores populares. Estas ações eram integradas e sustentadas pelo próprio ideário católico da Teologia da Libertação (opção preferencial pelos pobres), somado aos ideais da esquerda de organização da massa de trabalhadores (visando à transformação da sociedade), ambos direcionados ao restabelecimento da democracia.

Os setores populares eram o principal alvo da ação e da diversidade de recursos materiais e intelectuais oriundos da Igreja Católica e de outras instituições integradas ao processo, que permitiram a estruturação e articulação de movimentos reivindicativos, reconhecidos de forma genérica como *movimentos populares*.

Para o entendimento da noção de *popular*, podemos estabelecer uma correlação ao conceito de classes populares desenvolvido por Cardoso (1983) segundo o qual a expressão “classes populares” se refere, em geral, à presença de setores sociais que empobreceram com o modelo de desenvolvimento dependente e que foram excluídos das decisões políticas. O seu uso é quase metafórico, pois sintetiza a idéia de grandes contingentes (massas) de baixa renda que, apesar de indefesos, guardaram de distinguir suas necessidades básicas e

irromper, de tempos em tempos, reclamando maior igualdade social. Por isso, o país presenciou, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, uma onda de movimentos populares, desenvolvida em diversos ciclos reivindicativos nos anos que se seguiram (Doimo, 1995).

O fenômeno da mobilização emergiu de uma capacidade de participação política altamente expressiva dos setores populares, o que provocou fortes reflexos sobre a produção intelectual relacionada às mudanças processadas no cenário do país.

Vários estudos contribuíram para a constituição de um ideário sobre o novo papel para os movimentos populares.

No fim da década de 1980, diversos balanços teóricos evidenciaram uma variedade de interpretações acerca dos movimentos populares (Cardoso, 1983; Silva & Zicardi, 1983; Silva & Ribeiro, 1984; Sader & Paoli, 1986; Kowarick, 1987; Boschi, 1987; Sader 1988; Moisés, 1989). Esses novos atores sociais foram classificados por sua aparente espontaneidade, pelas reivindicações diretas travadas com o Estado e por sua autoconsideração como sujeitos de uma nova sociedade.

Esses estudos basearam-se em diferentes visões que buscaram explicar a nova atuação dos movimentos sociais, destacando-se as seguintes.

A concepção *estrutural* explicou a ação dos movimentos reivindicativos a partir do desenvolvimento das contradições do capitalismo, fundamentalmente as de caráter urbano,

situação na qual estariam dadas as determinações do caráter de enfrentamento dos movimentos sociais em relação ao Estado autoritário (Castells, 1974; Borja, 1975; Lojkine, 1981; Jacobi & Nunes, 1983). Já a corrente de inflexão *cultural*, em referência à visão anterior, argumentava que a investigação dos movimentos sociais deveria buscar uma maior riqueza da diversidade empírica. Dever-se-ia privilegiar uma análise dos processos internos de organização desses novos atores sociais e de suas práticas sociais ao invés dos esquemas de explicação com o caráter total e finalista (Evers, 1983; Kowarick, 1987; Schereswarren, 1987; Telles, 1987; Sader, 1988).

Privilegiando as *modificações sofridas pelo Estado*, surgiu uma visão que considerou a natureza dos movimentos sociais e de suas formas de atuação decorrentes das próprias modificações processadas pelo aparato estatal. O registro destas mudanças no Estado se refere à ampliação do seu aparato executivo, com grande parte voltada à implementação de políticas públicas, ao crescimento de suas funções junto à sociedade (Boschi, 1983; Cardoso, 1988).

No início dos anos 1990, novas formulações teóricas apontaram outro enfoque sobre a forma de organização e estruturação dos movimentos sociais no país, particularmente os de caráter popular. Os trabalhos enfatizaram a capacidade e a especificidade da articulação dos "movimentos

populares" no cenário político nacional. Em comparação com a presença anterior de movimentos sociais reivindicativos na história política, tratou-se de distinguir as peculiaridades destas novas formas de organização social, atentando para a configuração de um campo simbólico específico de suas práticas e valores éticos (Ribeiro, 1991; Alvarez, 1992; Schere-Warren, 1993; Doimo, 1995).

O caráter de articulação social e política desses movimentos transfigurou-se na noção de *redes sociais* que representariam o processo de articulação, de solidariedade e parceria (reivindicações, comunicação, produção intelectual, troca de experiências etc.) desenvolvido pelos movimentos em questão e por indivíduos ou entidades a eles relacionados.

Conforme a definição elaborada por Doimo (1995), os movimentos populares seriam o resultado da articulação de um conjunto de atores sociais relacionados, em grande parte, às instituições de natureza não política. A elaborada trama de comunicação e mobilização desses diversos movimentos reivindicativos resultaria na composição das *redes sociais movimentalistas*.

Além de serem estruturalmente redes de mobilização, esses organismos teriam sua expressão, pública ou interna, marcada por um certo conjunto de valores que conformariam um campo ético-político. A noção sobre campo ético-político dos movimentos populares e seus efeitos desenvolvi-

da por Doimo (1995) está relacionada à concepção da ação do campo político elaborada por Bourdieu (1989, p. 165). Segundo ele, os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social. A distribuição das opiniões numa determinada população depende do estado dos instrumentos de percepção e expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos. Realmente, o campo político exerce, de fato, um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente.

A especificidade desse campo estaria relacionada a uma complexa interação seletiva entre determinadas instituições, representações sociais, tradições e formações socio-culturais.

Deste modo, os chamados movimentos populares não corresponderiam à noção de sujeitos autônomos, tão largamente difundida nas décadas de 1970 e 1980. Esses movimentos seriam o resultado de um conjunto policêntrico de relações sociais, capazes de integrar múltiplos movimentos reivindicantes através de um *ethos* comum. Esta identidade comum conferiu aos atores sociais o sentimento de pertencer a um mesmo campo de valores éticos, que normatizou as suas condutas políticas demarcando fronteiras, despertando expectativas, conformando horizontes e definindo interlocutores (Doimo, 1995).

Tal *ethos* da representação social do *popular* é portador de uma forte ambigüidade, no que se refere a uma postura de negação indiscriminada dos espaços institucionais, ao mesmo tempo que suas reivindicações seriam direcionadas às agências públicas e delas dependeriam para serem atendidas.

Os valores ético-políticos assinalam não só o conteúdo da participação movimentalista especialmente no que tange ao rechaço dos mecanismos da democracia representativa, mas também os principais atores sociais do campo político.

Definida a rede social movimentalista e o seu papel como referência concreta das formas de representação social dos movimentos populares, ficam para a interpretação da modificação da esfera do Estado os entendimentos do surgimento do chamado terceiro setor.

Ainda, no percurso dos anos 1990, as propostas neoliberais apontaram a redução da esfera pública na minimização dos direitos sociais e ampliação das liberdades de mercado com a maior ênfase nos direitos de consumo, significando para o conjunto de organizações não governamentais (ONG's) que formavam a rede dos movimentos populares a busca pela profissionalização, uma vez que os recursos da solidariedade internacional e do Estado tornaram-se escassos ou passaram a ser geridos na forma de serviços assistenciais.

A transferência para as ONG's dos serviços atribuídos

via políticas públicas fez com que abandonassem o seu caráter de solidariedade classista, por uma profissionalização dos seus atores sociais subordinados a uma ótica de agências prestadoras de serviços, mediante um mercado regulado pela competição de recursos públicos e da representação política.

O terceiro setor emergiu como uma representação social das organizações composta em sua maioria pelos segmentos de profissionais das classes médias, direcionados a prestar a solidariedade aos atores sociais em situação de risco social ou vinculá-los à tutela das ONG's.

Nesse contexto, a mídia passa a definir as mobilizações sociais a um caráter quase que exclusivamente assistencial, descaracterizando totalmente o sentido de classe dessas reivindicações. O voluntariado passa a ser a principal tônica da mobilização social contando com a "boa vontade dos cidadãos"; campanhas tais como: amigos da escola, ano do voluntariado, socorro ao nordeste etc., são direcionadas pela ênfase da solidariedade social, representada pelo terceiro setor na ação do voluntariado.

A multiplicidade de ações e as imagens fragmentadas da atuação voluntária expressa pela mídia funcionaram, como afirma Arnt (1991;1970), revelando o mundo, ampliando horizontes, agenciando uma multiplicidade de eventos atomizados, costurando e aden-

sando-os como um conhecimento da realidade que distribui o poder e contrapoder, orienta a governabilidade e a cidadania.

O efeito é o de que a atuação da mídia na constituição da representação dos movimentos sociais parece na atualidade reproduzir um discurso no qual estas ações não portam um caráter classista, mas apenas surgem como a expressão do associativismo dependente da "boa vontade entre os homens".

O suposto de uma democracia seria o de que todos vivem a igualdade definida nos moldes liberais, podendo cada indivíduo socorrer um indivíduo mais necessitado. Todavia, ignorar os conflitos resultantes de uma realidade social bastante desigual, transformando a pobreza no infortúnio ou o azar que se abate sobre os "pobres e coitados", é recair sobre um senso comum.

Por fim, o bom senso seria o de uma análise mais profunda destas mobilizações e representações sociais avançando sobre a complexidade e compreensão do processo de consolidação da democracia brasileira, o papel das representações sociais veiculadas pela mídia e o seu alcance na formação da opinião pública e da cultura política do país.

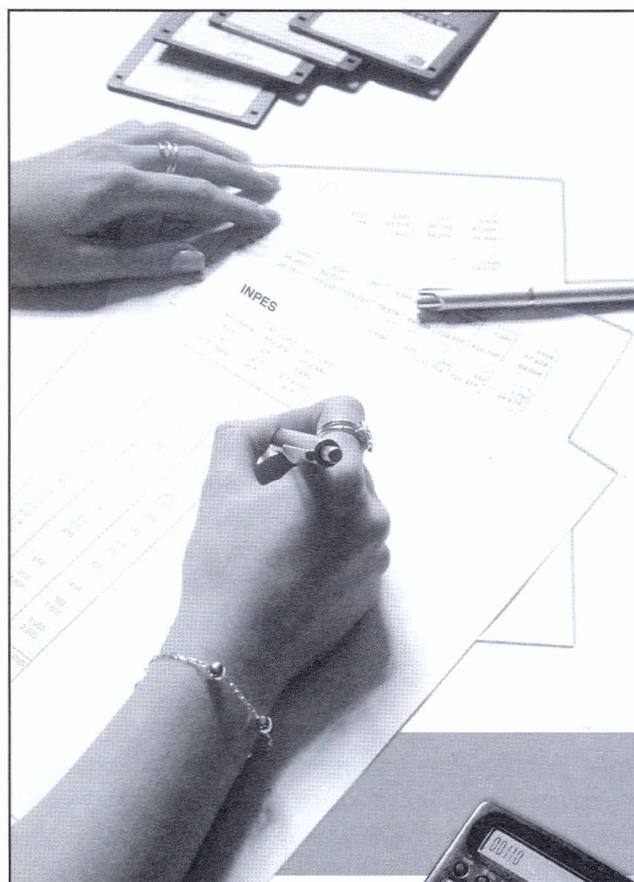


BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, Sonia E. **"Deepening" Democracy: Popular Movement Networks, Constitutional Reform and Radical Urban regimes in Contemporary Brasil.** Univ. California, USA, [1992], mimeo.
- ARNT, Ricardo. A desordem do mundo e a ordem do jornal. In: **Rede imaginária: televisão e democracia.** São Paulo: Cia. da Letras, 1999.
- BARNES, J.A. Redes sociais e processo político". In: **Antropologia das sociedades contemporâneas.** FELDMAN & BIANCO. São Paulo: Global, 1987.
- BORJA, Jordi. **Movimientos sociales urbanos.** Buenos Aires: Nueva Visión. 1975.
- BOSCHI, Renato R. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Vértice, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Difel / Lisboa: Bertrand, 1989.
- CARDOSO, Ruth C. L. , Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, M. HermíniaTavares,(orgs). **Sociedade e política no Brasil pós-64.** São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana.** México: SigloXXI, 1974.
- DOIMO, Ana M. **Catolicismo no Brasil.** Rio de Janeiro: ISER, 1990 [mimeo].
- _____. **A vez e a voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.** Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995.
- FERNANDES, R. C. & CARNEIRO, L. P. **ONGs anos 90: A opinião dos dirigentes brasileiros.** Rio de Janeiro: ISER - Núcleo de pesquisa, nov. 1991.
- GOHN, Maria da glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia.** São Paulo: Loyola, 1991.
- _____. **A crise dos movimentos populares.** XVI Encontro ANPOCS, Caxambú (MG),1992. [mimeo].
- GONDIM, Linda. **Cidadania, desigualdade e corrupção.** XVI Encontro ANPOCS, Caxambú (MG), 1992. [mimeo].
- JACOBI, P. & NUNES, E. Estado e movimentos populares: a saúde em questão. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: n.11, abr. 1983.
- JACOBI, P. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez, 1989.
- KRISCHKE, Paul. **Atores sociales y consolidacion democrática en América Latina: estratégias, identidades y cultura cívica.** UFSC, Sta. Catarina, fev. 1993. [mimeo].
- KOWARICK, Lúcio. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez, n. 3, vol.1, 1987.
- _____. **As lutas sociais e a cidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- _____. **Investigação urbana e sociedade: comentários sobre nuestra América.** USP/FFLCH/DCP, São Paulo: [1991], [mimeo].
- LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da Sociologia Clássica. In: GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH (orgs.) **Textos em representações sociais** 3. Ed. SP/RJ: Vozes, 1997.
- MOISÉS, José A. **Os brasileiros e a democracia.** São Paulo: Ática, 1995.
- NOGUEIRA, Marco A. A questão democrática e a esquerda no Brasil. In: COUTINHO, C.N.; NOGUEIRA M.A. (org.) **Gramsci e América Latina.** Paz e Terra, RJ/SP: 1985.
- RIBEIRO, Ana Clara T. Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. **Ciências Sociais Hoje,** São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1991.
- RODRIGUES, LEÔNCIO M. Tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO Jr. A. (org), **O sindicalismo brasileiro nos anos 80.** SP/RJ: Paz e Terra, 1991.
- SADER, Eder. **Quando os novos personagens entram em cena: experiência e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, E. & PAOLI, C. Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro. In: **A aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SADER, Emir. **O anjo torto: esquerda (e) direita no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: **Uma revolução do cotidiano.** SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. (orgs.) São Paulo: Brasiliense, 1987.

BIBLIOGRAFIA

- _____. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Centro João XXIII / Loyola, 1993.
- SILVA, L.A.M. & ZICCARDI, A. Notas para uma discussão sobre movimentos sociais urbanos. **Revista de Ciências Sociais**, ANPOCS, 1983.
- SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TELLES, Vera da S. Movimentos Sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: **Uma revolução do cotidiano**. (orgs) Ilse Scherer-Warren & Paul Krischke. Ed. Brasiliense, SP, 1987.
- _____. Sociedade civil e a construção dos espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org) **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil**. (org) Evelina Dagnino. São Paulo: ed. Brasiliense, 1994.



INPES

Instituto de Pesquisa

O INPES é um órgão do Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul - IMES que opera no mercado há 15 anos, em empresas e entidades do setor público e privado, oferecendo serviços nas áreas de:

- pesquisas qualitativas e quantitativas;
- treinamento e desenvolvimento de recursos humanos;
- projeto de consultoria administrativa, econômica, financeira, comércio internacional e sistema de informática.

Informações e consultas poderão ser feitas pelo telefone:
4239.3258 - fax: 4239.3268 - inpes@imes.com.br
Rua Conselheiro Lafaiete, 1.111 - São Caetano do Sul